

resultados

4T18



isa

CTEEP



FORTE GERAÇÃO DE CAIXA PERMITE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO ROBUSTA DE PROVENTOS

O ano de 2018 certamente foi um dos melhores na história da ISA CTEEP. Com orgulho, apresentamos aqui os nossos desempenhos financeiro e operacional e nossas contribuições para temas relevantes como as agendas social, ambiental e tecnológica. Um ano marcado por expressivos resultados em todas as nossas frentes de gestão, totalmente alinhados às conquistas que temos alcançado nos últimos anos e que consolidam nossa posição como uma empresa de ponta no segmento de transmissão do setor elétrico brasileiro.

A nossa forte geração de caixa foi um dos destaques do ano. Em 2018, alcançamos o primeiro ciclo de recebimento pelos ativos não amortizados existentes em maio de 2000 (RBSE), decorrentes do processo de prorrogação da concessão. A receita operacional líquida regulatória totalizou R\$ 2,8 bilhões e o EBITDA ajustado regulatório, alcançou R\$ 2,5 bilhões, com margem de 81%. O lucro líquido regulatório atingiu R\$ 1,3 bilhão, um crescimento de R\$ 654 milhões quando comparado ao ano de 2017.

O balanço robusto permitiu a melhor captação do ano no mercado de debêntures de infraestrutura com a emissão de R\$ 621 milhões em "Debêntures Verdes", a primeira emissão do setor de transmissão enquadrada nessa classificação. Nessas condições, a Fitch reafirmou a nota de crédito da ISA CTEEP como *Investment Grade* em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

O desempenho financeiro sólido da nossa empresa refletiu positivamente no mercado, com a valorização de 24% das ações preferenciais negociadas em bolsa, que em dezembro chegaram ao valor de R\$ 75,74 por ação TRPL4, a cotação máxima histórica já registrada até aquele momento e que prossegue atingindo novos recordes. Também elevamos a geração de valor para nossos acionistas, com a distribuição de aproximadamente R\$ 2 bilhões em proventos, o maior valor desde a constituição da Companhia.

Em termos operacionais, elevamos nossos patamares de eficiência, qualidade e segurança. Nesse contexto, um dos indicadores mais significativos foi o Índice de Energia Não Suprida - que há anos qualifica a nossa companhia como uma referência no setor elétrico -, o qual registrou nosso melhor resultado nos últimos 15 anos.

Outra questão relevante em 2018 foi a participação no processo de revisão tarifária. Seguimos atentos à definição de um valor adequado para a Receita Anual Permitida (RAP) de Operação e Manutenção, assim como para o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) dos projetos e da Base de Remuneração Regulatória (BRR), para que as empresas tenham condições necessárias para manter a qualidade de suas operações e permanecer investindo.

O crescimento continua como um dos vetores de nossa estratégia. No ano passado, os investimentos da Companhia em reforços e melhorias somaram R\$ 144 milhões e as energizações de novos projetos adicionaram RAP de R\$ 61 milhões. Já os investimentos em nossas subsidiárias, operacionais e pré-operacionais, totalizaram R\$ 294 milhões. A conquista de dois novos empreendimentos, no leilão de transmissão da ANEEL realizado em junho do ano passado, reafirma a nossa posição como um *player* altamente competitivo. Ao todo, estamos trabalhando na execução de 10 novos empreendimentos arrematados em leilões, que representam compromisso de investimento de cerca de R\$ 2,9 bilhões. Continuaremos atentos a oportunidades de novos projetos com rentabilidade adequada.

Na frente de sustentabilidade, seguimos como signatários do Pacto Global e incrementamos os aportes em projetos sociais, alcançando o maior valor já investido pela companhia por meio de leis de incentivo fiscal. Tão importante quanto esses valores foi a escolha das iniciativas a serem apoiadas, as quais estão em linha com as temáticas sociais e ambientais prioritárias da organização, que são a formação e capacitação de jovens, o desenvolvimento das comunidades do entorno de nossas instalações e as mudanças climáticas - comprovando nossa sintonia e compromisso com a superação dos desafios propostos pela agenda mundial atual.

Destacamos também nossa atuação nos desafios tecnológicos e nos temas de inovação do setor elétrico. Investimos R\$ 9 milhões em projetos de P&D e abrimos as portas para as startups com o objetivo de buscar novas soluções e inspirar o ambiente de trabalho mais ágil e inovador, sendo reconhecidos com o 2º lugar no Top 50 Open Corps, organizado pela 100 Open Startups.

O desempenho singular de 2018 se deve muito ao empenho e à capacitação do nosso time de mais de 1.500 colaboradores, o que torna a construção de um ambiente de trabalho saudável e produtivo uma de nossas prioridades. Por isso, o resultado da pesquisa de clima organizacional de 2018 - o melhor já registrado na empresa - e a presença pelo terceiro ano consecutivo no ranking das Melhores Empresas para Trabalhar da GPTW são motivo de grande satisfação.

O ano que se encerrou também marca a definição de um novo direcionamento estratégico para a nossa organização, voltado para 2030 e cujo foco principal é a geração de valor sustentável. Para isso, buscaremos o crescimento baseado no contínuo aumento de eficiência e na incorporação cada vez maior da inovação em todos os níveis da companhia. E é esse posicionamento que irá permitir sermos protagonistas frente às transformações tecnológicas e regulatórias que irão determinar o futuro do setor elétrico nacional.

Os excelentes resultados do ano passado tornam 2019 particularmente desafiador. Com as conquistas que alcançamos, aumenta a responsabilidade por elevar o nível das nossas operações, da gestão e da geração de valor. Além disso, 2019 é muito especial para nós por outro motivo: completamos 20 anos de existência, uma trajetória que está intimamente conectada à própria história do setor elétrico brasileiro.

Estamos em um momento de grande satisfação e motivação. A comprovada capacidade de nos reinventarmos para vencer desafios nos habilita a aproveitar as oportunidades que a retomada do crescimento do país apresenta. E chegar a duas décadas nos traz orgulho por tudo o que construímos e nos estimula a permanecer como uma empresa símbolo de qualidade e comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019 – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("ISA CTEEP", "Companhia", B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do quarto trimestre de 2018 (4T18) e do ano de 2018. Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da CVM e os CPCs aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) na seção de "Anexos" deste documento.

Principais Indicadores Regulatórios (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita Líquida	689,7	695,6	-0,9%	2.767,3	1.777,8	55,7%
EBITDA Ajustado ¹	570,6	607,8	-6,1%	2.455,2	1.499,1	63,8%
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>74,7%</i>	<i>80,6%</i>	<i>-5,8 p.p.</i>	<i>80,7%</i>	<i>73,9%</i>	<i>6,8 p.p.</i>
Lucro Líquido	450,7	236,4	90,7%	1.289,9	635,4	103,0%
<i>Margem Líquida</i>	<i>65,4%</i>	<i>34,0%</i>	<i>31,4 p.p.</i>	<i>46,6%</i>	<i>35,7%</i>	<i>10,9 p.p.</i>
ROE (acumulado de 12 meses)				19,8%	8,8%	11,0 p.p.

¹ Exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e inclui o EBITDA proporcional à participação nas Coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia

Teleconferência 4T18

01.03.2019

10h00 (BRT) / 8h00 (EDT)

Informações para Conexão:

Brasil: +55 11 3193-1001 / +55 11 2820-4001

Outros Países: +1 646 828-8246

Senha: ISA CTEEP

Link para webcast disponível no site de Relações com Investidores:
www.isacteep.com.br/ri

Contatos - Relações com Investidores

Rinaldo Pecchio

Michelle Lourenço Corda

Lúcia de Luiz Cesari

Gabriela Rigo Bussotti

Yuri de Souza Utino

Telefone:

+55 11 3138-7557

E-mail:

ri@isacteep.com.br



ÍNDICE

1.	A ISA CTEEP	
1.1	A ISA CTEEP	5
1.2	Composição Acionária	6
1.3	Estrutura Societária	7
1.4	Crescimento	7
2.	Desempenho Operacional	10
3.	Desempenho Financeiro	10
3.1	Receita Operacional	10
3.2	Custos e Despesas de O&M	11
3.3	Equivalência Patrimonial	12
3.4	EBITDA e Margem	13
3.5	Resultado Financeiro	14
3.6	Lucro Líquido	15
3.7	Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)	16
4.	Proventos	18
5.	Endividamento	18
6.	Investimentos	20
7.	Mercado de Capitais	21
8.	Eventos do Período	21
9.	Eventos Subsequentes	22
10.	Outras Informações Relevantes	23
10,1	Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)	23
10,2	Plano de Complementação de Aposentadoria - Lei 4.819/58	24
11.	Anexos	26

* Resultados em Excel disponível no website de Relações com Investidores

A ISA CTEEP

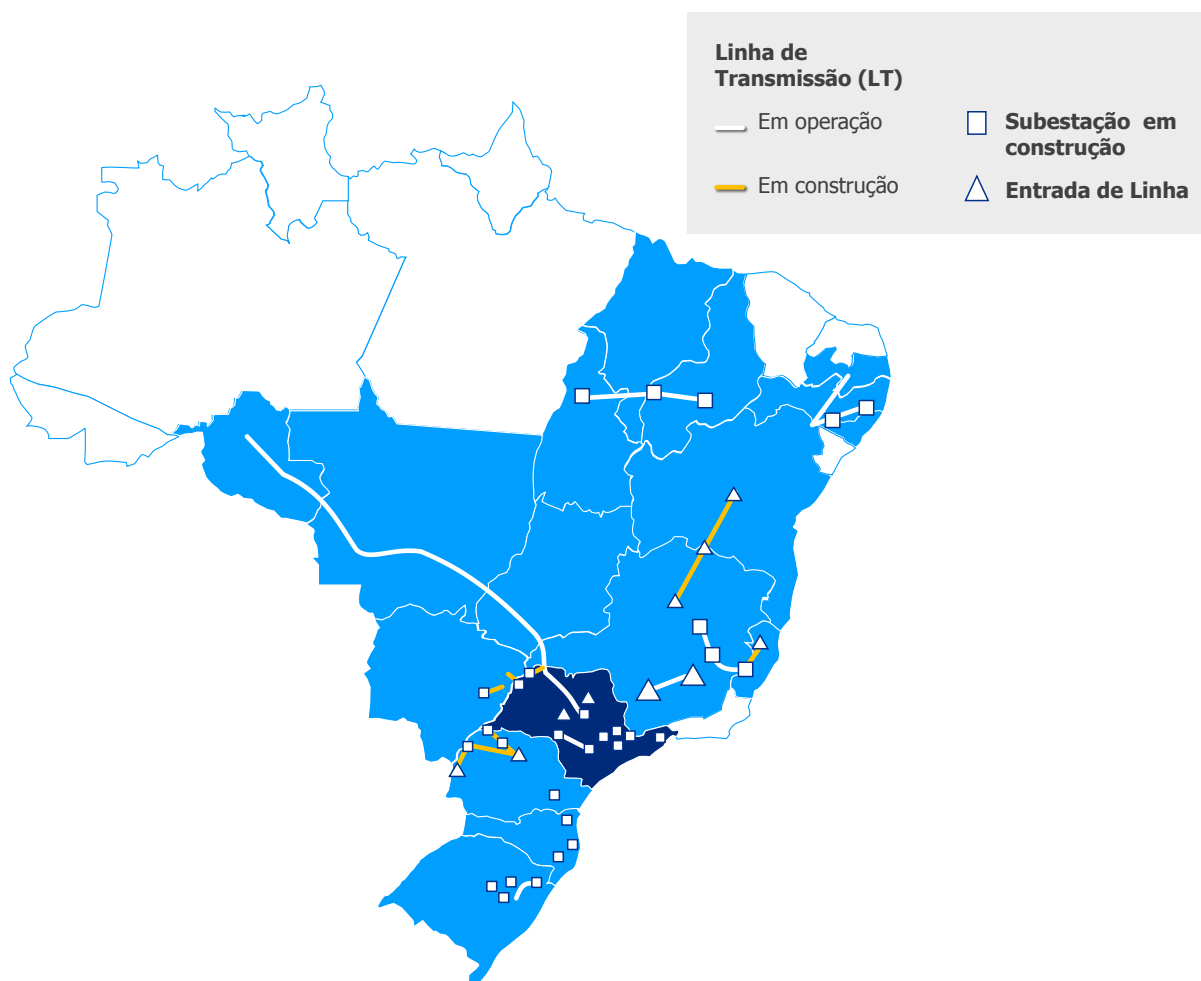
A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão de energia do setor elétrico brasileiro e faz parte do Sistema Interligado Nacional ("SIN") que engloba o sistema elétrico brasileiro como um todo (exceto por alguns sistemas isolados) e atende aproximadamente 99% da carga total do sistema. Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, presentes em 17 estados do País, a Companhia transmite aproximadamente 25% de toda a energia elétrica do Brasil, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% da energia do Estado de São Paulo.

A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 31 de dezembro de 2018, a capacidade instalada da Companhia (controladora, controladas e coligadas em operação) totalizou 65,9 mil MVA de transformação, 18,6 mil quilômetros de linhas de transmissão, 25,8 mil quilômetros de circuitos e 126 subestações próprias com tensão de até 550 kV.

Para operar com eficiência nosso complexo sistema de transmissão, dispomos de uma equipe de mais de 1.500 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometidos com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, realizamos contínuos investimentos, mantendo nossa rede modernizada e contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional.



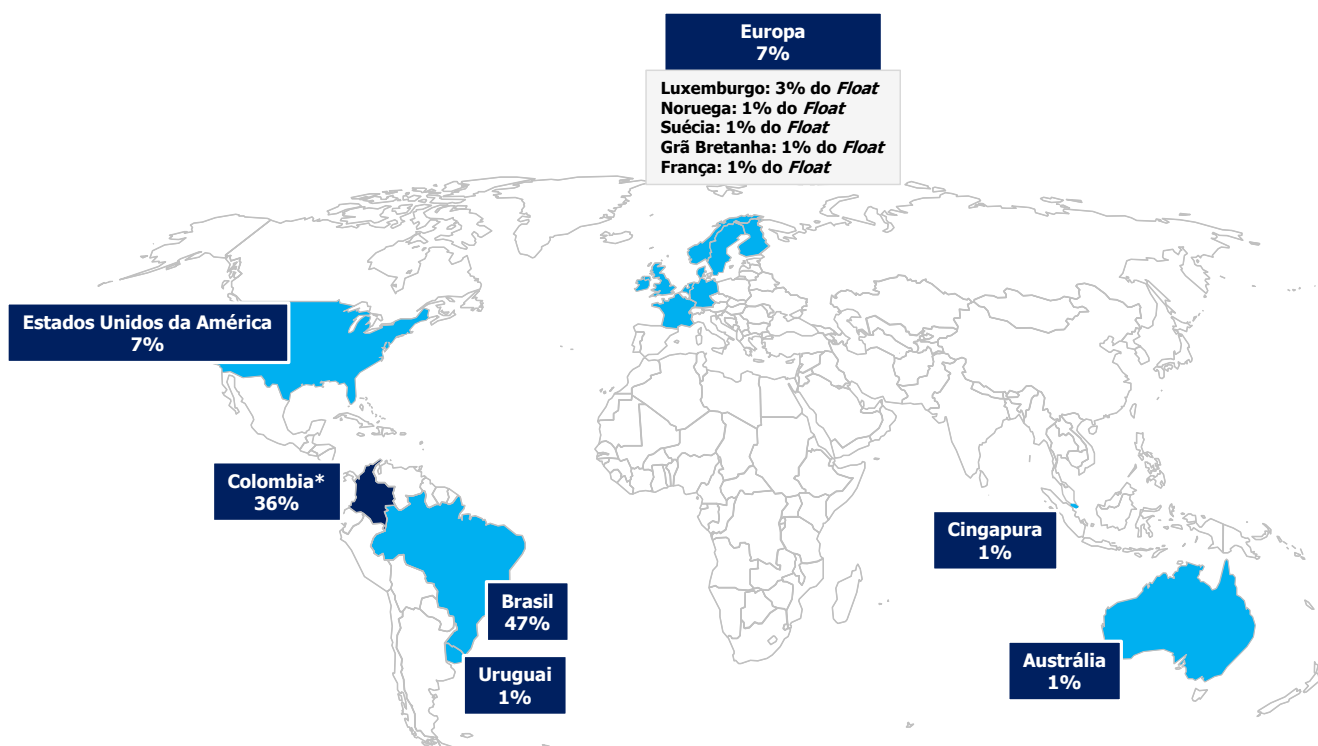
Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares, a ISA CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica.

Acionistas	TRPL3 (ON)	%	TRPL4 (PN)	%	Total	%
ISA Capital do Brasil	57.714.208	89,5%	1.286.132	1,3%	59.000.340	35,8%
Ações em Circulação	6.770.225	10,5%	98.950.261	98,7%	105.720.486	64,2%
Eletrobras	6.289.661	9,8%	52.005.758	51,9%	58.295.419	35,4%
Outros	480.564	0,7%	46.944.503	46,8%	47.425.067	28,8%
Total	64.484.433	100%	100.236.393	100%	164.720.826	100%

Das ações da Companhia, 47% estão em poder de investidores nacionais e 53% pertencem a investidores estrangeiros.

Distribuição do Capital Total em 31/12/2018



* Considera participação da Isa Capital do Brasil, veículo de investimento da ISA Colômbia para a aquisição da ISA CTEEP.

Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP compreende suas empresas controladas e coligadas, conforme demonstrado abaixo:

		Local	RAP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	RAP ISA CTEEP Ciclo 2018/2019 (R\$ milhões)	Regime Fiscal ¹	Participação (%)	Consolidação
ISA CTEEP	Operacional	São Paulo	2.421	2.421	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Madeira ²	Operacional	Rondônia / SP	497	253	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%	Equivalência Patrimonial
IE Ivai	Em construção	Paraná	267	134	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Paraguaçu	Em construção	Bahia / MG	107	54	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Garanhuns	Operacional	Pernambuco	87	44	Lucro Real	ISA CTEEP 51% / Chesf 49%	Equivalência Patrimonial
IE Aimorés	Em construção	Minas Gerais	71	36	Lucro Real	ISA CTEEP 50% / TAESA 50%	Equivalência Patrimonial
IE Pinheiros	Operacional	São Paulo	54	54	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Serra do Japi	Operacional	São Paulo	60	60	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Aguapeí	Em construção	São Paulo	54	54	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaúnas	Em construção	Espirito Santo	47	47	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itaquerê	Em construção	São Paulo	46	46	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE NNE ³	Operacional	Tocantins	44	44	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Biguaçu	Em construção	Santa Catarina	38	38	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Tibagi	Em construção	SP / Paraná	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Sul ⁴	Operacional	Rio Grande do Sul	18	18	Lucro Real	ISA CTEEP 100%	Integral
IEMG	Operacional	Minas Gerais	18	18	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Evrecy	Operacional	Espirito Santo	7	7	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Bauru	Em construção	São Paulo	11	11	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
IE Itapura - Lorena	Em construção	São Paulo	10	10	Lucro Presumido	ISA CTEEP 100%	Integral
Total			3.875	3.367			

¹ Lucro Presumido: Para IR calcula-se presunção de 8% sobre a receita operacional com retenção de 25% de IR sobre o valor presumido. Para o CSLL calcula-se presunção de 12% sobre a receita operacional com retenção de 9% de CSLL sobre o valor presumido. Lucro Real: 34% de IR + CSLL sobre lucro tributável apurado;

² Pendências impeditivas no Contrato 015/2009 resultam em aplicação de fator redutor equivalente a 10% da RAP associada ao contrato (aproximadamente 5% da RAP total); ³ Consolidação integral a partir de setembro de 2017; ⁴ Consolidação integral a partir de setembro de 2018

Crescimento

A ISA CTEEP está constantemente avaliando oportunidades no mercado para o seu crescimento e tem avançado neste âmbito. A estratégia da Companhia consiste em expandir a sua presença no território nacional através de leilões e/ou aquisições com sinergias com as operações existentes, respeitando o retorno mínimo exigido.

Nos últimos três anos a Companhia arrematou dez lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL, que adicionarão 2 mil km de extensão em suas linhas de transmissão com a adição de uma potência de 8 mil MVA ao seu portfólio. Os novos projetos somam investimento estimado de R\$ 2,9 bilhões com incremento da RAP de cerca de R\$ 448 milhões, após a entrada em operação dos ativos.

A evolução dos projetos está em linha com o orçamento e cronograma desafiador estimados, que considera redução de CapEx e antecipação da entrada em operação vs. a estimativa da ANEEL.

Leilões	Subsidiárias	% ISA CTEEP	Localidade	Investimento ANEEL Participação ISA CTEEP (R\$ MM)	Deságio	RAP ISA CTEEP (R\$ MM)	Assinatura do Contrato	Prazo de Implementação ANEEL	Data de Necessidade ¹	Licenciamento Ambiental (LI)	Início da Construção
Leilão 013/2015 28/10/2016	IE Paraguaçu (Lote 3)	50%	Bahia Minas Gerais	255	0,0%	54	fev/17	fev/22	jan/19 ²	1T19	-
	IE Aimorés (Lote 4)	50%	Minas Gerais	171	0,0%	36	fev/17	fev/22	jan/19 ²	1T19	-
	IE Itaúnas (Lote 21)	100%	Espírito Santo	298	25,1%	47	fev/17	fev/22	jul/18	✓	3T18 ⁴
Leilão 05/2016 24/04/2017	IE Ivaí (Lote 1)	50%	Paraná	968	33,2%	134	ago/17	ago/22	fev/21 ³	1T20	-
	IE Tibagi (Lote 5)	100%	São Paulo Paraná	135	32,2%	18	ago/17	ago/21	jan/17	✓	3T18
	IE Itaquerê (Lote 6)	100%	São Paulo	398	44,5%	46	ago/17	ago/21	jun/18	✓	3T18
	IE Aguapeí (Lote 29)	100%	São Paulo	602	52,7%	54	ago/17	ago/21	dez/18	1T19	-
	IE Itapura (Lote 25)	100%	São Paulo (Bauru)	126	57,6%	11	ago/17	fev/21	jan/20	✓	2T18
Leilão 02/2018 29/06/2018	IE Itapura (Lote 10)	100%	São Paulo (Lorena)	238	73,9%	10	set/18	set/22	set/21	2T19	-
	IE Biguaçu (Lote 1)	100%	Santa Catarina	641	66,7%	38	set/18	set/23	set/21	1T20	-
Total				3.831		448					

¹ Conforme contrato de concessão

² Condicionado ao Lote 02 (Alupar)

³ Para recebimento da totalidade da RAP

⁴ IE Itaúnas é formada pela implantação da linha de transmissão de 345 kV Viana 2 (ES) – João Neiva 2 (ES), a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2, e a ampliação da subestação 345 kV Viana. A Companhia iniciou as obras de construção da subestação ("SE") Viana. A licença de instalação para a Linha de Transmissão e Subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.

IE Paraguaçu

O empreendimento está localizado nos estados da Bahia e de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (338 km), que interligará a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a Licença Ambiental Prévia ("LP") para o empreendimento, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis ("IBAMA").

IE Aimorés

O empreendimento está localizado no estado de Minas Gerais e é formado pela implementação da linha de transmissão de 500 kV (208 km), que interligará a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6, constituindo o segundo circuito entre essas subestações. Em outubro de 2018, a transmissora obteve a LP para o empreendimento, emitida pelo IBAMA.

IE Itaúnas

O empreendimento está localizado no estado do Espírito Santo e é formado pela implantação da linha de transmissão de 345 kV (79 km), que interligará a subestação 345 kV Viana 2 à subestação João Neiva 2, a construção da nova subestação 345/138 kV João Neiva 2 e a ampliação da subestação de 345 kV Viana 2. A subsidiária iniciou as obras de construção da subestação Viana 2 no 3T18, porém as licenças de instalação para a linha de transmissão e a subestação João Neiva 2 ainda não foi emitida.



IE Ivaí

O empreendimento está localizado no estado do Paraná e é constituído pela implantação de cerca de 600 km de linhas de transmissão em Circuito Duplo, sendo 515 km das linhas de transmissão ("LTs") 525 kV Foz do Iguaçu – Guaíra, Guaíra – Sarandi, Londrina – Sarandi e Sarandi - Londrina, e 85 km da LT 230 kV Sarandi – Paranaíba Norte; assim como 3 subestações (Guaíra 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada, Sarandi 525/230 kV – 1.344 MVA de potência instalada e Paranaíba Norte 230/138 kV – 300 MVA de potência instalada).

Em setembro de 2018, a subsidiária obteve Licença Prévia expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná ("IAP") referente às instalações de 230 kV, que compreende a LT 230 kV Sarandi – Paranaíba Norte, a subestação Paranaíba Norte 230/138 kV e a subestação Sarandi 525/230 kV.

IE Tibagi

O empreendimento está localizado nos estados de São Paulo e Paraná e é formado pela implantação da linha de transmissão (18 km) de 230 kV Nova Porto Primavera (SP) – Rosana (PR) e a subestação 230/138 kV Rosana, que interligará à subestação Nova Porto Primavera. A subsidiária obteve Licença de Instalação do IBAMA e iniciou suas obras no 3T18.

IE Itaquerê

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de três compensadores síncronos 500 kV (-180/+300) MVar na subestação Araraquara 2 (existente, operada pela State Grid). A instalação desses equipamentos na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão para os sistemas de 440 e 500 kV do Estado de São Paulo. A subsidiária iniciou suas obras no 3T18.

IE Aguapeí

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação das subestações Bagaçu e Alta Paulista de 1.400 MVA de potência, 107 km de linha de transmissão, 440 kV da subestação Alta Paulista ao seccionamento da linha de transmissão Marechal Rondon – Taquaruçu e trecho de linha de transmissão 440 kV da subestação Bagaçu ao seccionamento da linha de transmissão Ilha Solteira – Bauru.

IE Itapura

O empreendimento está localizado no estado de São Paulo e é formado pela implantação de um compensador estático 440 kV (-125/+250) MVar na subestação Bauru (existente). A instalação desse equipamento na subestação garante benefícios para o SIN, e em especial no controle de tensão na malha de 440 kV do Estado de São Paulo. As obras foram iniciadas no 2T18.

Nessa SPE, foi incorporado o Lote 10 do leilão de transmissão 02/2018, formado pela implantação de uma subestação 440 kV com potência máxima de 1.200 MVA, na cidade de Lorena, estado de São Paulo.

IE Biguaçu

O empreendimento está localizado no estado de Santa Catarina e é formado pela implementação da subestação Ratoles 230/138kV com 300 MVA de potência, ampliação da subestação Biguaçu (existente), além da construção da linha de transmissão de 57 km entre a subestação Biguaçu (existente, operada pela Eletrosul) e a subestação 230 kV Ratoles, incluindo trechos aéreos, submarinos e subterrâneos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Somos uma das principais referências no setor em termos de desempenho. Realizamos uma gestão constante e minuciosa de nossos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. Em 2018, o IENS que registramos totalizou 0,000303%, sendo o melhor resultado dos últimos 15 anos. Para efeito de comparação, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrado em 2018 foi de 0,0117%.

Além disso, os índices de disponibilidade dos ativos, como linhas de transmissão, alcançaram 99,9% em 2018.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em 2018, a PV aplicada foi de 0,84% da RAP consolidada.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

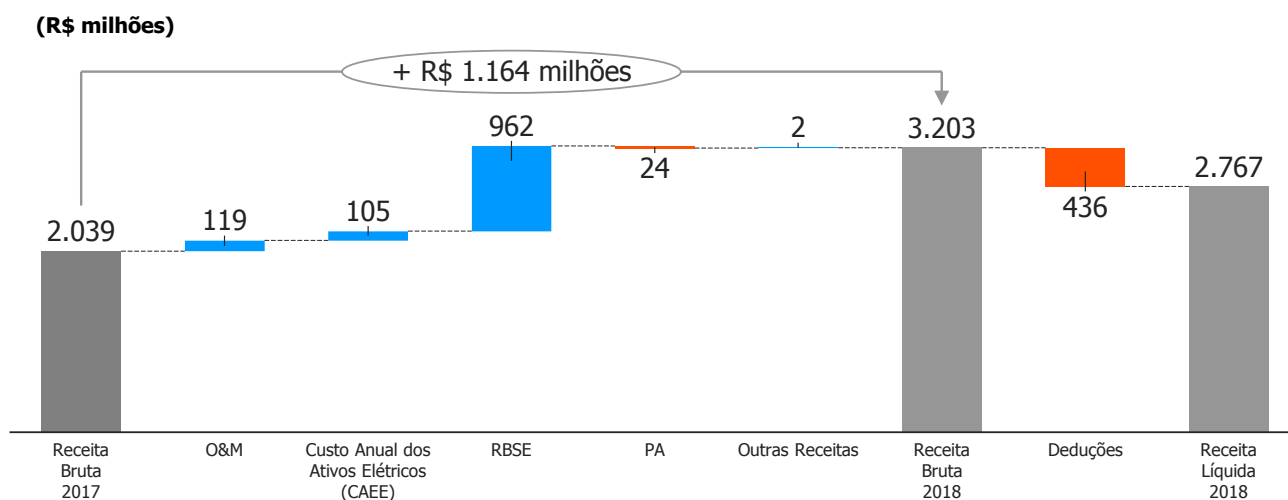
No 4T18, a receita operacional bruta consolidada atingiu R\$ 808,2 milhões, aumento de 1,2% em relação ao 4T17. O incremento é explicado pela variação positiva do IPCA no reajuste da RAP para o ciclo 2018/2019, parcialmente compensado pela menor receita com a RBSE no período. Em 2018, a receita apresentou aumento de R\$ 1,2 bilhão na comparação com 2017, principalmente, pela RAP relativa à RBSE, que começou a ser contabilizada no 3T17.

Receita Operacional (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	404,4	333,5	21,3%	1.391,2	1.190,6	16,8%
Receita de O&M	287,7	240,0	19,9%	1.047,6	928,4	12,8%
Receita CAAE ¹	116,7	93,5	24,8%	417,9	312,9	33,6%
Parcela de Ajuste	0,0	0,0	-	(74,3)	(50,7)	46,8%
RBSE	397,0	458,2	(13,4%)	1.785,4	823,4	116,8%
Outras	6,8	6,7	1,1%	26,9	25,3	6,0%
Receita Bruta	808,2	798,4	1,2%	3.203,5	2.039,4	57,1%
Deduções	(118,5)	(102,8)	15,3%	(436,2)	(261,5)	66,8%
Receita Líquida	689,7	695,6	(0,9%)	2.767,3	1.777,8	55,7%

¹ Custo anual dos ativos elétricos (Investimento líquido x WACC Regulatório + Investimento bruto x Depreciação)

As deduções da receita bruta referem-se aos impostos (PIS/COFINS) e encargos regulatórios (CDE, RGR, P&D, PROINFA, e Taxa de Fiscalização). No 4T18 atingiram R\$ 118,5 milhões vs. R\$ 102,8 milhões no 4T17. Em 2018 as deduções atingiram R\$ 436,2 milhões, aumento de 66,8% comparado a 2017, devido à incidência de PIS e COFINS na receita da RBSE que começou a ser faturada em julho de 2017 e ao aumento da tarifa de CDE relacionado ao aumento do número de consumidores livres e ao acréscimo da TUST no período.

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 689,7 milhões no 4T18 e R\$ 2,8 bilhões em 2018.



Custos e Despesas de O&M

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Pessoal	(84,1)	(79,5)	5,8%	(321,0)	(302,3)	6,2%
Materiais	(5,5)	(5,0)	9,7%	(15,3)	(13,6)	12,6%
Serviços	(50,2)	(45,2)	11,1%	(136,5)	(130,0)	5,0%
Contingências	1,0	6,4	(83,9%)	14,7	26,1	(43,9%)
Outros	(27,0)	(19,8)	36,5%	(65,2)	(63,3)	3,0%
Sub -Total	(165,8)	(143,1)	15,8%	(523,3)	(483,0)	8,3%
Depreciação	(145,0)	(145,4)	(0,3%)	(579,0)	(328,2)	76,4%
Total	(310,7)	(288,5)	7,7%	(1.102,3)	(811,2)	35,9%

Os custos e despesas, ex-depreciação, registraram aumento de 15,8% no 4T18 vs. 4T17. A variação no trimestre reflete, principalmente:

- (i) pela maior despesa com projetos enquadrados nas leis de incentivo fiscal;
- (ii) a maior despesa com consultoria estratégica especializada;
- (iii) o aumento de gastos com pessoal devido ao acordo coletivo que incidiu a partir de junho/18.

Em 2018, os custos, ex-depreciação, totalizaram R\$ 523,3 milhões, aumento de 8,3% comparado ao ano de 2017. Este incremento é justificado:

- (i) pelo aumento de gastos com pessoal devido ao acordo coletivo, conforme mencionado acima;
- (ii) pela maior despesa com honorários advocatícios em ações judiciais; parcialmente compensado pela:
- (iii) reversão das contingências devido às mudanças de prognósticos e revisão de valores dos processos em 2018.

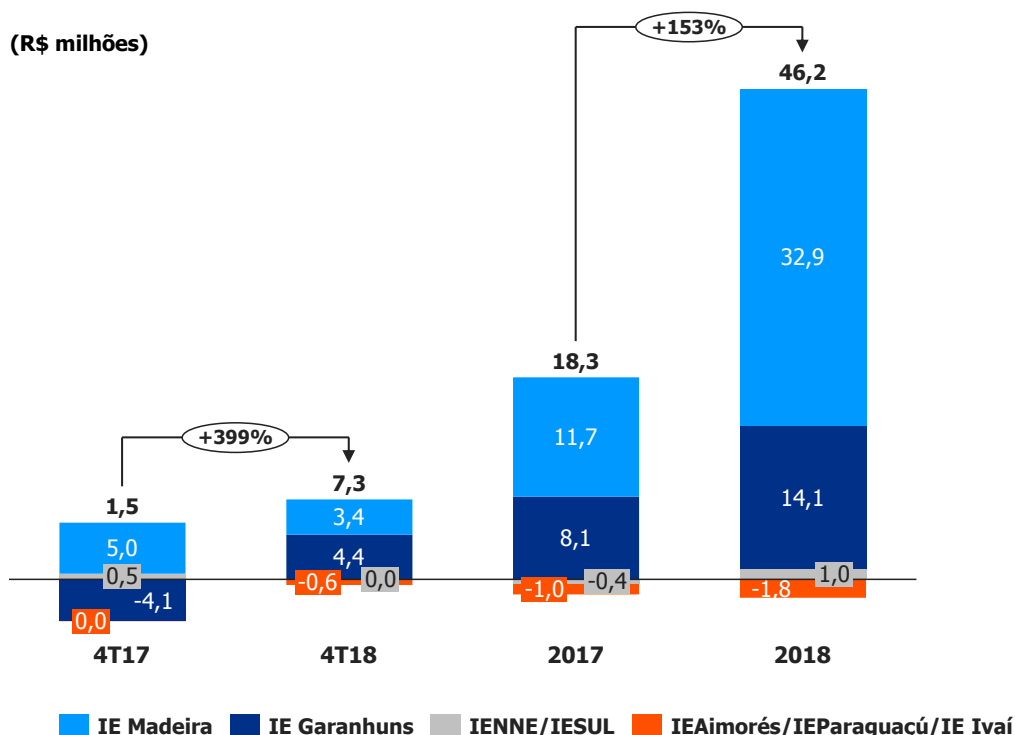
As despesas administrativas e os custos de O&M atingiram R\$ 310,7 milhões no 4T18, aumento de 7,7% em relação ao 4T17. Em 2018, o montante atingiu R\$ 1.102,3 milhões, 35,9% superior aos R\$ 811,2 milhões auferidos em 2017. Esta variação é justificada pelo reconhecimento da depreciação relativa à RBSE¹ no montante de R\$ 477,0 milhões em 2018 vs. R\$ 247,6 milhões em 2017, já que o recebimento da RAP relativa à RBSE teve início no 3T17.

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 4T18 registrou receita de R\$ 7,3 milhões vs. receita de R\$ 1,5 milhão registrado no 4T17. Esta variação é explicada, principalmente, pelo resultado apresentado pela subsidiária IE Garanhuns, que no 4T17 apresentou prejuízo pelo impacto negativo da revisão tarifária que alterou o WACC de 6,61% para 4,62% e reduziu a RAP em 9%. No 4T18, o resultado da IE Garanhuns pode ser explicado pelo impacto positivo do reajuste da RAP para o ciclo 2018/2019, com a incidência de R\$ 2,7 milhões de inflação para o novo ciclo.

No 4T18, o resultado da subsidiária IE Madeira apresentou queda de 32% vs. 4T17, principalmente pela contabilização da baixa do eletrodo de terra, no montante de R\$ 11 milhões, decorrente da substituição do equipamento, parcialmente compensado pela economia com a recuperação de crédito de IR/CSLL.

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial foi de R\$ 46,2 milhões, aumento de 153% em relação ao mesmo período de 2017. Este resultado é justificado, principalmente, pelo maior resultado da IE Madeira no ano, decorrente da menor PA auferida na comparação dos períodos (R\$ 63,2 milhões de PA negativa no Ciclo 2018/2019 vs. R\$ 80,0 milhões de PA negativa no Ciclo 2017/2018) e pelo aumento no resultado da IE Garanhuns, conforme explicado acima.



¹ Considera a amortização em 96 parcelas (8 anos) do valor de depreciação represado de janeiro de 2013 a junho de 2017

EBITDA e Margem

Para refletir a geração de caixa operacional, a Companhia apresenta o EBITDA Ajustado, que totalizou R\$ 570,6 milhões no 4T18, redução de 6,1%, comparado ao 4T17, em função do aumento dos custos e despesas operacionais da Companhia de 7,7% na comparação trimestral, parcialmente compensado pelo impacto positivo do resultado das coligadas. Na comparação anual foi verificado um aumento de R\$ 956,1 milhões do EBITDA Ajustado, explicado principalmente pela maior receita auferida em função do recebimento da RAP relativa à RBSE, que teve início no 3T17.

O EBITDA Ajustado exclui a equivalência patrimonial e outros efeitos não recorrentes e/ou não caixa, e inclui o EBITDA proporcional à participação nas coligadas com o objetivo de apresentar uma visão mais adequada da geração de caixa operacional da Companhia.

EBITDA (R\$ milhões)	4T18	4T17	Consolidado			
			Var (%)	2018	2017	Var (%)
Lucro (prejuízo) líquido	450,7	236,4	90,7%	1.289,9	635,4	103,0%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(103,4)	145,3	(171,2%)	273,0	318,7	(14,3%)
Resultado financeiro líquido	31,9	32,4	(1,4%)	142,2	66,2	114,8%
Depreciações e amortizações	145,6	146,0	(0,3%)	581,4	330,6	75,9%
EBITDA ICVM nº 527/12	524,8	560,0	(6,3%)	2.286,5	1.350,9	69,3%
EBITDA Coligadas (ponderado pela participação ISA CTEEP)	55,5	49,2	12,8%	235,0	215,6	9,0%
Equivalência Patrimonial	(7,3)	(1,5)	399,3%	(46,2)	(18,3)	152,6%
Outros ¹	(2,5)	0,0	-	(17,4)	(10,8)	61,1%
Aquisições ²	0,0	0,0	-	(2,8)	(38,4)	(92,7%)
EBITDA Ajustado	570,6	607,8	-6,1%	2.455,2	1.499,1	63,8%
Margem EBITDA Ajustado	74,7%	80,6%	-5,8 p.p.	80,7%	73,9%	6,8 p.p.
RBSE	(344,5)	(415,8)	(17,1%)	(1.588,8)	(741,9)	114,2%
EBITDA Ajustado ex-RBSE	226,0	192,0	17,7%	866,4	757,2	14,4%
Margem EBITDA Ajustado ex-RBSE	45,9%	48,3%	-2,4 p.p.	50,2%	49,3%	0,9 p.p.

¹ Ressarcimento de IPTU, despesas com leilão, com consultoria e com comissões de êxito em contingências

² IENNE (3T17) e IE SUL (3T18)



Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 31,9 milhões no 4T18, em linha com a despesa auferida no 4T17 de R\$ 32,4 milhões. O aumento da receita com rendimento de aplicação financeira, em função do maior nível de caixa no período, compensou o aumento das despesas com juros e encargos sobre empréstimos, decorrente do maior nível de endividamento da Companhia, que passou de R\$ 1,9 bilhão no 4T17 para R\$ 3,0 bilhões no 4T18.

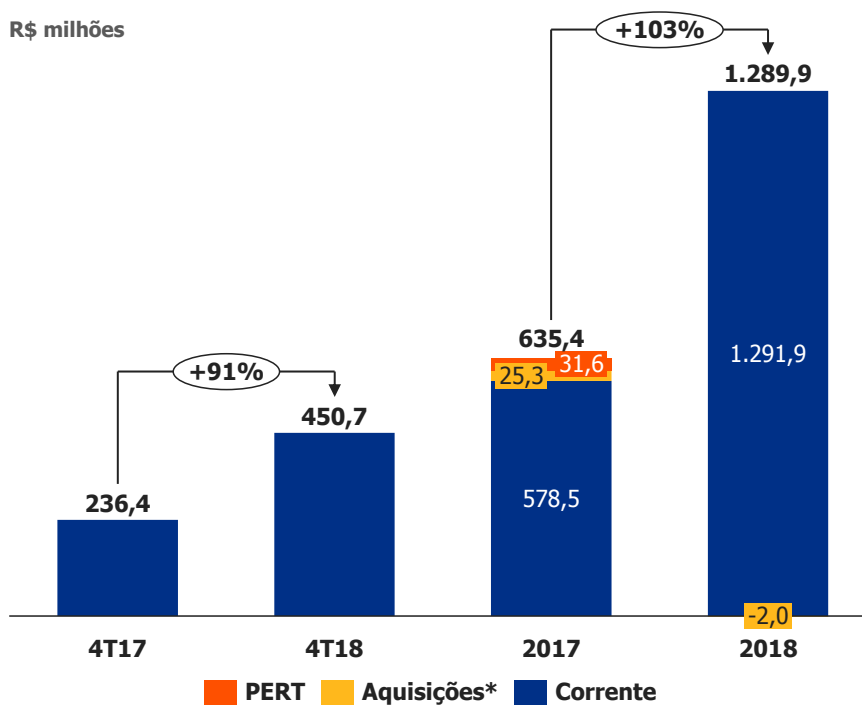
No ano, o resultado financeiro atingiu despesa de R\$ 142,2 milhões, aumento de R\$ 76,0 milhões comparado ao ano de 2017. Este resultado é justificado pelo efeito não recorrente em 2017 da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), que reduziu juros e encargos em R\$ 53,8 milhões e da redução de juros com a incidência do REFIS em 2017.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Rendimento de aplicação financeira	26,0	11,3	129,8%	74,5	43,9	69,7%
Variações monetárias líquidas	(10,5)	(9,4)	11,3%	(46,9)	(32,0)	46,7%
Juros Ativos e Passivos	(0,6)	(0,4)	26,5%	(2,3)	(10,5)	(77,9%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(39,5)	(30,6)	28,9%	(146,4)	(111,5)	31,3%
Outras	(7,3)	(3,1)	132,4%	(21,0)	43,9	(148,0%)
Total	(31,9)	(32,4)	(1,4%)	(142,2)	(66,2)	114,8%

Lucro Líquido

O lucro líquido do 4T18 foi de R\$ 450,7 milhões, aumento de R\$ 214,3 milhões em relação ao lucro registrado no 4T17. Esta variação é justificada principalmente pela economia fiscal de R\$ 201,3 milhões em função da distribuição de juros sobre capital próprio anunciado em dezembro de 2018.

Em 2018, o incremento de 103% foi impulsionado principalmente pelo recebimento da RBSE, além da economia fiscal com a distribuição de juros sobre capital próprio, conforme mencionado acima. Excluindo esses efeitos não recorrentes, o lucro teria apresentado um crescimento de 123% na comparação dos períodos.



*3T17: Aquisição IENNE e 3T18: Aquisição IESUL



Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

A Companhia e suas controladas adotaram os novos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC nº 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) revisados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Balço Patrimonial (R\$ milhões)	31/12/18 antes dos CPCs 47 e 48	Impactos da adoção dos CPCs 47 e 48	31/12/18 com CPCs 47 e 48
Ativo	17.862	680	18.542
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	4.874	4.874
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13.304	(4.044)	9.260
Investimento	2.007	(159)	1.848
Impostos Diferidos	-	9	9
Ativos não impactados	2.551	-	2.551
Passivo	6.949	294	7.243
Passivos não impactados	3.463	-	3.463
Impostos Diferidos	3.486	294	3.780
Patrimônio Líquido	10.913	386	11.299
Reservas de lucros	5.311	198	5.509
Lucro líquido	1.707	188	1.895
Itens não impactados	3.895	-	3.895
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.862	680	18.542
Demonstração do Resultado (R\$ milhões)			
Receita Líquida	2.832	341	3.173
Equivalência Patrimonial	232	(31)	201
Outros	(1.058)	-	(1.058)
IR e CSLL	(300)	(121)	(421)
Lucro Líquido	1.706	189	1.895

A receita dos serviços que a Companhia presta passou a ser registrada e mensurada de acordo com os referidos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018, não reproduzindo os efeitos para o exercício comparativo de 2017.

Como consequência da aplicação do CPC nº 47, todas as concessões da Companhia e suas controladas foram classificadas como ativo contratual, em que o fluxo de recebimentos (RAP) é remunerado por uma taxa de desconto que contempla os riscos e prêmios do setor e que passa a ser a estabelecida no início de cada projeto e atualizado pelo IPCA/IGPM. Para os ativos em fase de obras, a receita de infraestrutura estabelecida é suficiente para cobrir gastos incorridos e encargos para a implementação do projeto. Eventuais variações em relação à rentabilidade do projeto passam a ser reconhecidas no resultado no início de operação. A aplicação do CPC nº 47 gerou impacto positivo de R\$ 188 milhões no lucro líquido de 2018 e de R\$ 680 milhões no patrimônio líquido.

O ativo financeiro da RBSE, até então classificado como ativo financeiro ao custo amortizado, passou a ser mensurado a valor justo com a aplicação do CPC nº 48.

As principais variações entre o resultado consolidado em IFRS e o Regulatório estão apresentadas abaixo:

DRE Consolidada (R\$ milhões)	Regulatório	IFRS	Varição
IFRS vs. Regulatório	2018	2018	
Receita Operacional Bruta	3.203	3.637	-433
Receita de O&M	1.048	1.048	0
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	418	0	418
Receita de Infraestrutura	0	387	-387
Receita ativo da concessão	0	911	-911
Parcela de ajuste	-74	-5	-69
Receita RBSE	1.785	1.269	516
Outras receitas	27	27	0
Deduções	-436	-452	16
Receita Operacional Líquida	2.767	3.185	-417
Custos de Infraestrutura	0	-359	359
Custos de O&M e Despesas Gerais	-523	-524	1
Depreciação	-579	-9	-570
Resultado do Serviço	1.665	2.293	-628
Equivalência Patrimonial	46	201	-155
Outras receitas (despesas) operacionais	-6	-35	29
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	1.705	2.459	-754
Resultado Financeiro	-142	-142	0
IR & CSLL	-273	-421	148
Lucro Líquido antes da participação do acionista não controlador	1.290	1.895	-605
Participação do Acionista Não Controlador	-14	-14	0
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.276	1.882	-605

Receita: No IFRS, as receitas referentes aos investimentos realizados ao longo da concessão são registrados como ativo contratual. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil, e a RAP conforme o faturamento, no prazo da concessão.

Custos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao custo do investimento realizado, que são neutralizados pela receita de implementação de infraestrutura, que é calculada a partir do custo de investimento acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos.

Depreciação: No IFRS, o ativo da concessão não é considerado ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculado ao contrato de concessão. No Resultado Regulatório, o ativo da concessão é considerado imobilizado, com sua respectiva depreciação.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial acompanham as explicações da receita, custos e depreciação explicados acima.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal. A alíquota efetiva consolidada (IFRS) de 2018 foi 18%. No resultado Regulatório, a alíquota efetiva foi de 17% no ano para equalizar com a expectativa de pagamento de impostos no ano corrente. A variação entre as alíquotas pode ser explicada, principalmente, pela contabilização do IR diferido da subsidiária IENNE decorrente da alteração do regime tributário de lucro real para lucro presumido.

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício. Adicionalmente, está prevista a possibilidade do pagamento de dividendos extraordinários.

Em junho de 2018, a administração informou ao mercado a prática de proventos com proposta de distribuição de no mínimo 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), sujeita a aprovação em Assembleia, limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA, e possibilidade de pagamento de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social.

No ano de 2018, a Companhia realizou a distribuição de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões em proventos, correspondentes a R\$ 12,06 por ação, dos quais:

- (i) R\$ 760,3 milhões foram pagos em 18 de junho a título de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucros constituída nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017, correspondentes a R\$ 4,62 por ação;
- (ii) R\$ 1,2 bilhão foi pago em 17 de dezembro, com base no lucro líquido apurado no exercício de 2018, correspondentes a R\$ 7,44 por ação. Deste montante, R\$ 633,0 milhões foram distribuídos a título de dividendos intermediários e R\$ 592,0 milhões a título de juros sobre capital próprio.

O *payout* em IFRS foi de 105% e sobre o resultado regulatório foi de 154%.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 a dívida bruta atingiu o montante de R\$ 3.015 milhões, aumento de R\$ 1.072 milhões em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2017, principalmente em função das captações realizadas no período:

- (i) 7ª emissão de debêntures verdes da Companhia, a primeira emissão do setor de transmissão enquadrada nessa classificação, no montante de R\$ 621 milhões
- (ii) Novas operações de *Credit Agreement*, nos termos da Lei nº 4.131/62, com contratação do instrumento de *swap* como forma de proteção à variação cambial no período, no valor de USD 210 milhões

O aumento nas disponibilidades da Companhia na comparação anual também pode ser justificado por estas captações, assim como pelo fluxo de recebimento da RBSE. Desta forma, a dívida líquida atingiu R\$ 2.317,3 milhões ao final de dezembro de 2018 vs. R\$ 1.326,3 milhões em 2017. A relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 0,9x em 2018, estável em relação ao ano anterior.

Empréstimos e Financiamentos	31/12/2018	31/12/2017	Var (%)
R\$ (milhões)			
Dívida Bruta	3.015,0	1.943,0	55,2%
Curto Prazo	357,8	451,4	(20,7%)
Longo Prazo	2.657,2	1.491,5	78,2%
Disponibilidades Consolidadas	697,6	616,7	13,1%
Disponibilidades ISA CTEEP e Controladas	466,8	401,7	16,2%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	230,9	214,9	7,4%
Dívida Líquida Consolidada	2.317,3	1.326,3	74,7%

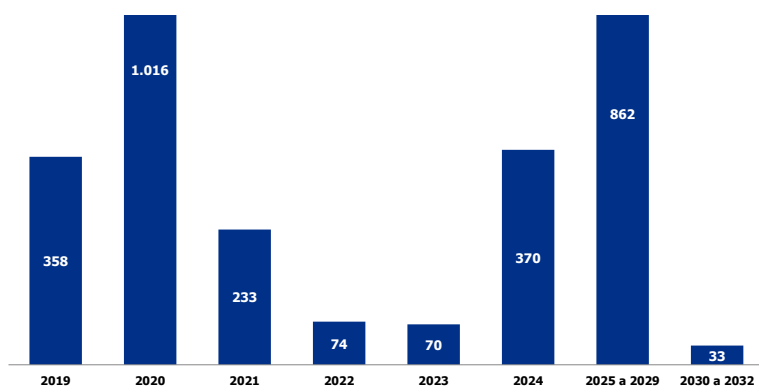
*Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas empresas controladas e coligadas, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA mais restritivo é de 3,0x. Maiores detalhes sobre os indicadores financeiros estão disponíveis no anexo V deste documento.

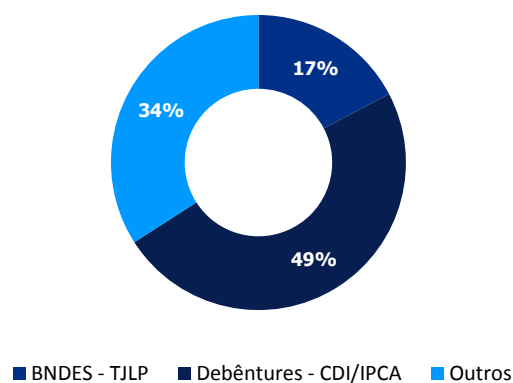
O custo médio da dívida consolidada foi de 7,9% a.a. em 31 de dezembro de 2018 vs. 8,3% a.a. em 31 de dezembro de 2017. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2018 era de 3,2 anos.

Maiores informações sobre o endividamento da Companhia podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 14 e 15 das Demonstrações Financeiras.

**Cronograma de Amortização da Dívida
(R\$ milhões)**



**Contratação da Dívida e Indexação
31/12/2018**



INVESTIMENTOS

A ISA CTEEP, suas controladas e coligadas investiram R\$ 111,0 milhões no 4T18, 1,7% superior aos investimentos no 4T17. Essa variação é explicada principalmente pelo:

- (i) aumento nos investimentos das subsidiárias pré-operacionais com o início das obras de alguns projetos, em linha com o orçamento e cronograma desafiador previstos. É importante ressaltar que os principais fluxos de investimentos destas subsidiárias ocorrem no 3º e 4º ano de suas respectivas obras operacionais; parcialmente compensado pelo;
- (ii) menor nível de investimentos das subsidiárias operacionais impulsionado pela redução do CapEx do IE Madeira no trimestre. No 4T18, a subsidiária investiu R\$ 42,2 milhões², principalmente para a substituição de Eletrodo de Terra com impacto neutralizado pela baixa do equipamento anterior;
- (iii) redução de reforços e melhorias de R\$ 28,5 milhões. Os investimentos não são comparáveis entre períodos, pois possuem carteiras de projetos distintos e dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

Em 2018 os investimentos totalizaram R\$ 438,6 milhões, principalmente devido ao maior volume de investimentos com subsidiárias pré-operacionais, em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Investimentos (R\$ milhões)	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
ISA CTEEP (Reforços/Melhorias)	32,1	60,6	(47,0%)	144,4	209,4	(31,0%)
Total Subsidiárias	78,9	48,6	62,4%	294,2	85,4	244,4%
Operacionais	4,4	19,9	(77,7%)	48,8	56,3	(13,3%)
Pré-operacionais	74,4	28,7	159,8%	245,4	29,1	742,4%
Total	111,0	109,2	1,7%	438,6	294,8	48,8%

Nota: Os investimentos realizados são demonstrados na visão competência

² Montante total investido no projeto, não é ponderado pela participação da ISA CTEEP de 51%.

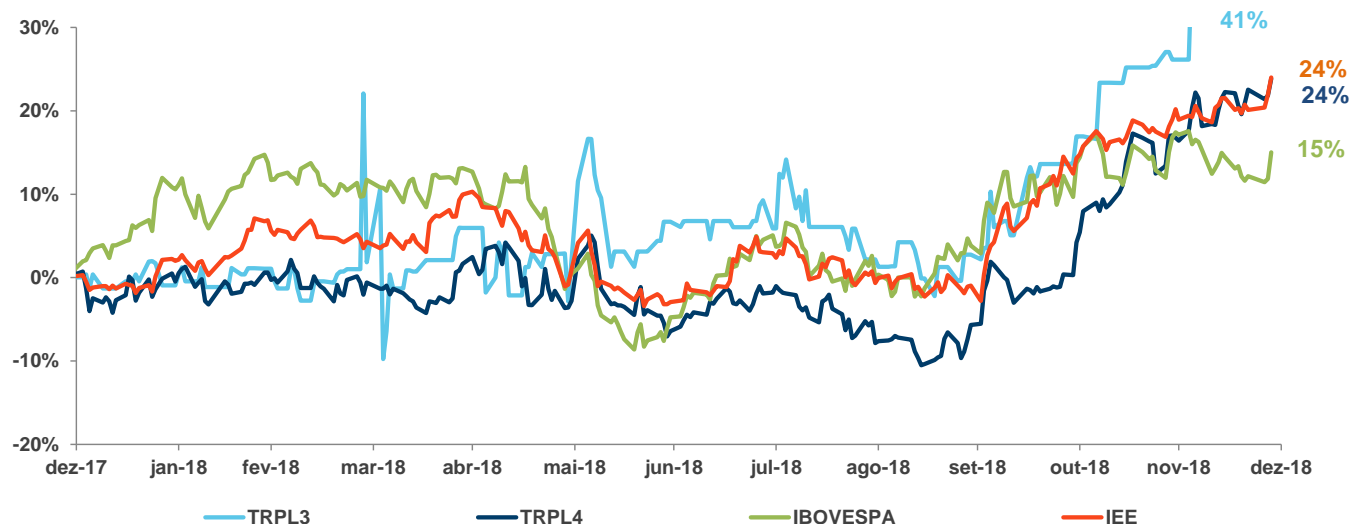
MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias ("TRPL3") e ações preferenciais ("TRPL4") listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts ("ADRs") – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos "CTPTY" (ação ordinária) e "CTPZY" (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o ano de 2018 cotadas a R\$ 68,89 e R\$ 69,18, respectivamente. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 11,4 bilhões.

No ano de 2018, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram valorização de 24% e em dezembro atingiram o valor de R\$ 75,74, a cotação máxima histórica já registrada até aquele momento. O volume médio diário de negociação na B3 no período foi de R\$ 26,9 milhões, 10% acima daquele verificado em 2017 (R\$ 24,5 milhões). A média diária de negociações foi de 2,3 mil negócios por dia, 12% acima dos 2,1 mil registrados no ano anterior.

Desempenho (base 100)



EVENTOS DO PERÍODO

Nota Técnica nº 203/2018 – ANEEL

Em 18 de dezembro de 2018, a ANEEL publicou Nota Técnica nº 203/2018 referente à análise de contribuições referentes à Audiência Pública nº 31/2018 sobre a metodologia para a atualização do Banco de Preços de Referência ANEEL a ser utilizado nos processos de autorização, licitação e revisões de receitas anuais permitidas das concessionárias de transmissão de energia elétrica. O documento propõe uma redução média da ordem de 30% em comparação ao banco de preços até então vigente para módulos de equipamentos e de manobra. No caso de linhas de transmissão, foram considerados valores diferenciados para substituições (recondutoramento, recapacitação e reconstrução) que praticamente dobraram os valores dos serviços associados.

A definição final foi homologada em Reunião de Diretoria da ANEEL em 19 de fevereiro de 2019 com a publicação da Nota Técnica complementar nº 09/2019. Até a data limite de 01 de abril de 2019, a Companhia protocolará o laudo de avaliação de seus ativos, e então será possível mensurar o impacto do novo banco de preços para a ISA CTEEP.

Nota Técnica nº 204/2018 – ANEEL

Em 18 de dezembro de 2018, a ANEEL publicou Nota Técnica nº 204/2018 referente ao processo de definição dos custos operacionais regulatórios no âmbito da Revisão Tarifária Periódica. O documento propõe que a redução dos custos operacionais regulatórios para a ISA CTEEP seja de 17,33% versus a proposta anterior de 19,08% publicados na Nota Técnica nº 141/2018 de 03 de agosto de 2018. A definição final está sujeita à homologação em Reunião de Diretoria da ANEEL.

Nota Técnica nº 205/2018 – ANEEL

Em 18 de dezembro de 2018, a ANEEL publicou Nota Técnica nº 205/2018 referente ao processo de definição da receita de melhorias de pequeno porte no âmbito da Revisão Tarifária Periódica. O documento propõe que seja estabelecida uma receita fixa para cobertura das referidas melhorias ao longo do ciclo tarifário de 5 anos. O valor será objeto de reavaliação periódica e os investimentos avaliados na revisão tarifária subsequente. A metodologia ainda está sujeita à homologação em Reunião de Diretoria da ANEEL.

Leilão de Transmissão ANEEL 04/2018

Em 20 de dezembro de 2018, a ISA CTEEP participou do Leilão de Transmissão nº 04/2018, promovido pela ANEEL. O CapEx ANEEL totalizava R\$ 13,2 bilhões com RAP de R\$ 2,1 bilhões. Os 16 lotes leiloados foram arrematados e a RAP final atingiu R\$ 1,1 bilhão, com um deságio médio de 46,1%. Não foram adquiridos lotes pela ISA CTEEP neste leilão, pois não atenderam as premissas de retorno da Companhia, que atua com disciplina de capital.

Informe de Governança Corporativa

A Instrução 586/17 da CVM, publicada em 08 de junho de 2017, determina que companhias abertas divulguem informações sobre a aplicação das práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa no formato Pratique ou Explique. Desta forma, a ISA CTEEP, em conformidade com a Instrução, realizou o arquivamento deste documento na CVM em outubro de 2018.

ISA CTEEP DAY

Em 06 de dezembro de 2018 a ISA CTEEP realizou a sua Reunião Pública Anual. O evento contou com a presença dos executivos da Companhia e apresentou, entre outros temas, a visão estratégica para geração de valor sustentável em seus negócios atuais e potenciais novos negócios.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Desdobramento de Ações

Em 28 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração submeteu à Assembleia Geral Ordinária Extraordinária, convocada para o dia 04 de abril de 2019, a proposta de desdobramento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais. O desdobramento não implicará na modificação do capital social da Companhia, que permanecerá no valor de R\$ 3.590,0 milhões.

	Antes do Desdobramento	Após o Desdobramento
Ações Ordinárias	64.484.433	257.937.732
Ações Preferenciais	100.236.393	400.945.572
Totalidade das ações	164.720.826	658.883.304
Capital Social (R\$)	3.590.020.427	3.590.020.427

O desdobramento das ações de emissão da Companhia tem origem na necessidade de adequar o valor de negociação de referidas ações ao patamar praticado pelo mercado e se justifica por melhorar o posicionamento das ações da Companhia no índice de negociabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Pretende-se, com esta operação, aumentar a liquidez das ações.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Renovação da Concessão - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. De acordo com a medida, as concessões vencidas ou a vencer nos 60 meses subsequentes à publicação da MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação pelo prazo de até 30 anos.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("MME"), publicou a Portaria Interministerial nº 580, em que foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000, ou seja, da Rede Básica de Novas Instalações ("RBNI"). O montante definido para a ISA CTEEP foi de R\$ 2,9 bilhões. Na mesma data, o MME divulgou a Portaria Interministerial nº 579 que definiu o valor da RAP da ISA CTEEP em R\$ 515,6 milhões, a partir de 01 de janeiro de 2013, que representou redução de aproximadamente 75% da RAP.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 591 autorizando o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes anteriormente a 31 de maio de 2000, ou seja, da Rede Básica do Sistema Elétrico ("RBSE").

Em dezembro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a definição da antecipação do vencimento da concessão do Contrato 059/2001, conforme proposto na MP 579. Foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do RBNI e do RBSE.

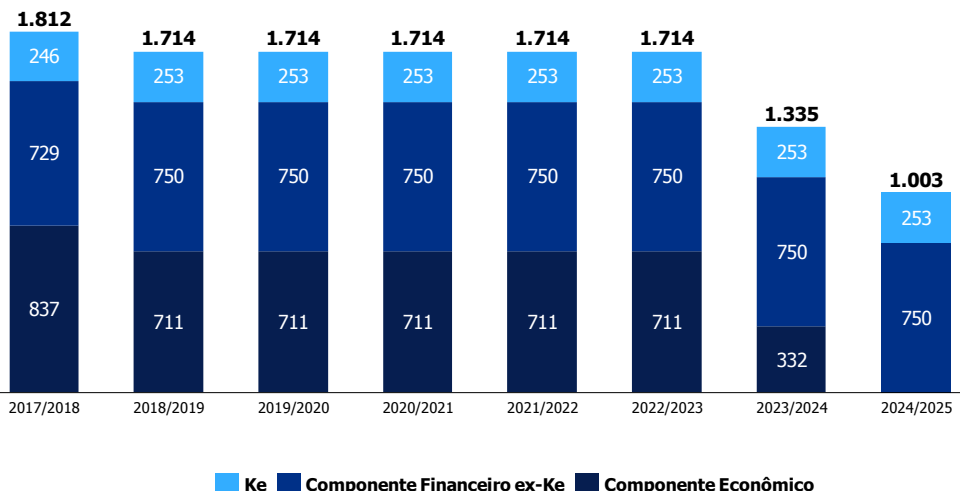
Os valores referentes aos ativos do RBNI, equivalentes a R\$ 2,9 bilhões, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015. Para os ativos relativos ao RBSE foi requerido laudo de avaliação independente avaliando os investimentos a Valor Novo de Reposição ("VNR") ajustado pela depreciação até 31 de dezembro de 2012. Em dezembro de 2015 foi homologado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 4.036, o valor dos ativos do RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 3,9 bilhões.

Em abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela ANEEL, relativos às instalações do RBSE, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de 8 anos.

O Despacho ANEEL nº 1.484/17, de maio de 2017, redefiniu o valor total da RBSE para a ISA CTEEP em R\$ 4,1 bilhões. O impacto inicial dos valores da RBSE foi o reconhecimento contábil em IFRS em setembro de 2016, conforme condições estabelecidas na Portaria nº 120 do MME, e no resultado regulatório os impactos podem ser percebidos a partir do início do recebimento, em julho de 2017.

O Despacho ANEEL nº 1.275/18 considera o acolhimento do recurso administrativo interposto pela ISA CTEEP em 2017, no qual foi solicitado ajuste da conta de ativos totalmente depreciados. Por esse motivo, os Componentes Econômico e Financeiro até o ciclo 2022/2023 sofrem um aumento.

A alteração citada foi contemplada no último reajuste tarifário, no qual a RAP do ciclo 2018/2019 também foi atualizada pelo IPCA de 2,86%. Além disso, foi realizada linearização do Componente Econômico, conforme prevê o Submódulo 9.1 do Proret, de modo que tais pagamentos serão constantes até o ciclo 2022/2023. O resultado do cálculo com os ajustes mencionados, conforme divulgado pela ANEEL, pode ser verificado abaixo em valores líquidos de PIS/COFINS:



Premissas conforme REN ANEEL nº 762/2017

IPCA (dez/12-jun/17): 34,45%

WACC: 6,64%

Custo de Capital próprio (Ke): 10,74% (1º sem/13) e 10,44% (jul/13 até jun/17)

Valores estimados. WACC será redefinido na revisão tarifária e a base de ativos está sujeita a baixas

Para o período 2023/2024 restaria o recebimento de R\$ 332 milhões correspondentes ao Componente Econômico. Contudo, poderá ser aplicada a mesma linearização ora realizada.

Ademais, por força de decisão judicial liminar, que determinou em caráter provisório que a ANEEL recalculasse a RAP excluindo o custo de capital (Ke) da parcela de "remuneração", a Companhia continua recebendo cerca de 85% do valor total da RBSE, desde julho de 2017. Portanto, o recebimento do Ke depende de decisão judicial, e consequentemente não há definição sobre a forma de pagamento das parcelas que até o ciclo 2018/2019 não foram recebidas.

Quanto ao aspecto legislativo, inicialmente no projeto de lei que visa à privatização da Eletrobras (PL 9.463/2018) foi proposto o pagamento do RBSE, com duas alterações: a substituição do custo de capital próprio (Ke) pelo WACC na correção da parcela do componente financeiro, e aumento do prazo estipulado de pagamento de 8 anos para o prazo remanescente das concessões (cerca de 25 anos) desse mesmo componente.

Em maio de 2018, no âmbito mesmo do projeto de lei, foi divulgado novo relatório mantendo o prazo de 8 anos para o pagamento do componente financeiro, conforme Portaria MME 120/2016, bem como a substituição do Ke pelo WACC, e ampliou a sua aplicação a todos os transmissores.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58 aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA CTEEP e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, foram verificadas glosas que deveriam ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.



Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funcesp ("AAFC") obtiveram liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA CTEEP faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Em 2017, a referida liminar foi cassada e então a ISA CTEEP deixou de fazer o pagamento da complementação entre os meses de agosto e dezembro, com impacto caixa equivalente a cerca de R\$ 50 milhões. Em dezembro de 2017, entretanto, o Ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal ("STF"), concedeu nova liminar, obrigando a Companhia a retomar o complemento para pagamento nos moldes anteriores. A Companhia recorreu da decisão, e aguarda julgamento do STF. A SEFAZ e FUNCESP também recorreram reforçando a necessidade de aplicação do teto e do desconto previdenciário sob pena de causar prejuízo ao erário Paulista.

Ação de Cobrança

Desde 2005 a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA CTEEP tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela ISA CTEEP está sendo cobrada, através de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de dezembro de 2018, o valor registrado no balanço da Companhia é de cerca de R\$ 2 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos realizada em 2013.

Em agosto de 2018, a ISA CTEEP obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos.

ANEXOS

Anexo I - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	16.740	6.585
Aplicações financeiras	680.909	610.066
Contas a Receber	270.923	287.868
Estoques	20.365	18.831
Serviços em Curso	14.879	4.307
Tributos e contribuições a compensar	29.521	14.162
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.611
Créditos com partes relacionadas	323	903
Despesas pagas antecipadamente	8.384	4.607
Caixa restrito	1.787	1.141
Outros	48.818	42.433
	1.092.649	993.514
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	42.268	35.674
Contas a Receber	10.574	20.329
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.426.083	1.312.791
Cauções e Depósitos Vinculados	66.987	66.414
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	0
Instrumentos financeiros derivativos	2.643	0
Outros	1.476	1.000
	1.655.475	1.436.208
Investimentos	1.150.275	1.185.326
Imobilizado	7.114.522	7.203.760
Intangível	269.981	277.941
	8.534.778	8.667.027
	10.190.253	10.103.235
Total do Ativo	11.282.902	11.096.749



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	334.067	268.588
Debêntures	23.707	182.852
Fornecedores	88.358	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	54.382	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios a recolher	40.262	16.550
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.835	3.112
Provisões	37.047	36.344
Valores a Pagar - Funcesp	4.250	2.056
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	0
Outros	34.310	61.180
	626.698	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.215.689	690.541
Debêntures	1.441.504	801.007
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	733.265	831.111
Encargos Regulatórios a recolher	35.925	54.250
Provisões	90.708	121.553
Reserva Global de Reversão - RGR	19.093	24.053
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	332.930	321.076
Outros	33.078	6.503
	3.902.192	2.850.094
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucros	557.337	1.265.967
Reserva de Reavaliação	2.098.805	2.301.266
Outros Resultados Abrangentes	73.192	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	203.114	0
Dividendos Adicionais Propostos	0	84.693
	6.523.134	7.242.612
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	230.878	214.939
	6.754.012	7.457.551
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.282.902	11.096.749

Anexo II - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita Operacional Bruta	808.236	798.425	1,2%	3.203.532	2.039.364	57,1%
Receita de Uso da Rede Elétrica	801.395	791.707	1,2%	3.176.627	2.013.296	57,8%
Outras Receitas	6.841	6.718	1,8%	26.905	26.068	3,2%
Deduções à Receita Operacional	(118.540)	(102.786)	15,3%	(436.241)	(261.532)	66,8%
Receita Operacional Líquida	689.696	695.639	(0,9%)	2.767.291	1.777.832	55,7%
Custos e Despesas Operacionais	(310.723)	(288.513)	7,7%	(1.102.296)	(811.211)	35,9%
Pessoal	(84.104)	(79.505)	5,8%	(320.961)	(302.269)	6,2%
Material	(5.460)	(4.978)	9,7%	(15.310)	(13.602)	12,6%
Serviços	(50.225)	(45.224)	11,1%	(136.525)	(129.992)	5,0%
Depreciação	(144.958)	(145.382)	(0,3%)	(578.973)	(328.174)	76,4%
Outros	(25.976)	(13.424)	93,5%	(50.527)	(37.174)	35,9%
Resultado do Serviço	378.973	407.126	(6,9%)	1.664.995	966.621	72,2%
Resultado Financeiro	(31.898)	(32.365)	(1,4%)	(142.214)	(66.216)	114,8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	25.950	11.290	129,8%	74.512	43.907	69,7%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(10.500)	(9.438)	11,3%	(46.936)	(31.989)	46,7%
Juros Ativo/Passivos	(554)	(438)	26,5%	(2.313)	(10.483)	(77,9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(39.491)	(30.637)	28,9%	(146.429)	(111.504)	31,3%
Outras	(7.303)	(3.142)	132,4%	(21.048)	43.853	(148,0%)
Resultado Operacional	347.075	374.761	(7,4%)	1.522.781	900.405	69,1%
Equivalência Patrimonial	7.270	1.456	399,3%	46.161	18.271	152,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.993)	5.462	(228,0%)	(6.054)	35.451	(117,1%)
Resultado Anterior aos Tributos	347.352	381.679	(9,0%)	1.562.888	954.127	63,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	103.386	(145.271)	(171,2%)	(273.000)	(318.705)	(14,3%)
Corrente	89.697	(155.908)	(157,5%)	(407.423)	(354.491)	14,9%
Diferido	13.689	10.637	28,7%	134.423	35.786	275,6%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	450.738	236.408	90,7%	1.289.888	635.422	103,0%
Participação do Acionista não Controlador	(3.413)	(3.895)	100,0%	(13.577)	(19.948)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	447.325	232.513	92,4%	1.276.311	615.474	107,4%

Anexo III – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.888.922	993.562
Lucro Líquido do exercício	1.289.888	635.422
Depreciação e amortização	578.959	328.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(134.422)	(35.786)
Demandas judiciais	(27.070)	(27.982)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	38.193	5.634
Benefício fiscal – ágio incorporado	37	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	2.390	2.390
Realização da perda em controlada em conjunto	(2.093)	(2.195)
Resultado de aquisição de controle	2.785	(39.289)
Resultado de equivalência patrimonial	(46.161)	(18.272)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	186.416	145.426
(Aumento) diminuição de ativos	(121.555)	(382.948)
Caixa restrito	(5.494)	(7.631)
Contas a receber – Investimento em infraestrutura	27.411	(213.588)
Estoques	(1.534)	(2.131)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(113.292)	(162.433)
Tributos e contribuições a compensar	(14.546)	(3.316)
Despesas pagas antecipadamente	(3.765)	5.696
Cauções e depósitos vinculados	4.478	6.761
Serviços em curso	(10.438)	843
Crédito com controladas	580	1.945
Outros	(4.955)	(9.094)
Aumento (diminuição) de passivos	(91.230)	142.378
Fornecedores	15.212	24.598
Tributos e encargos sociais a recolher	(36.585)	59.683
Obrigações estimadas	656	2.668
Impostos parcelados	(58.146)	(86.777)
Encargos regulatórios a recolher	2.355	20.239
Provisões	(13.142)	(21.839)
Valores a pagar Funesp	2.194	(3.439)
Reserva Global de Reversão	(2.480)	0
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0	121.240
Outros	(1.294)	26.005
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.676.137	752.992
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(464.473)	(710.517)
Aplicações financeiras	(54.966)	(237.724)
Imobilizado	(369.545)	(354.159)
Investimentos	(51.381)	(119.113)
Caixa adquirido em combinação de negócios	3.667	479
Dividendos recebidos	7.752	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(1.201.509)	(40.414)
Adições de empréstimos	1.431.606	962.500
Pagamentos de empréstimos (principal)	(453.451)	(250.123)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(119.888)	(96.725)
Transações com acionistas não controladores	(13.577)	(19.948)
Instrumentos financeiros derivativos	18.059	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(2.064.258)	(636.118)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	10.155	2.061
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.740	6.585
Variação em caixa e equivalentes de caixa	10.155	2.061

Anexo IV – Resultado Regulatório Coligada IE Madeira e IE Garanhuns

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita Operacional Bruta	140,5	118,2	18,9%	512,6	452,7	13,2%
Deduções à receita operacional	(18,9)	(18,1)	4,3%	(75,2)	(65,1)	15,5%
Receita operacional líquida	121,6	100,1	21,5%	437,4	387,6	12,9%
Custos e Despesas	(30,7)	(10,8)	184,9%	(51,5)	(42,2)	22,0%
Depreciação	(33,9)	(34,1)	-0,6%	(136,2)	(136,4)	-0,2%
Resultado do Serviço	57,0	55,2	3,3%	249,8	209,0	19,5%
Resultado Financeiro	(39,2)	(44,9)	-12,7%	(172,3)	(175,8)	-2,0%
Outras Receitas e Despesas	(21,9)	0,0	-	(21,9)	0,3	-7828,0%
Lucro antes do IR & CSLL	(4,1)	10,3	-139,7%	55,6	33,5	66,0%
IR & CSLL*	10,9	(0,5)	-2318,6%	8,9	(10,6)	-184,2%
Lucro líquido	6,8	9,8	-31,2%	64,5	22,9	182,1%
Participação ISA CTEEP (51%)	3,4	5,0	-31,2%	32,9	11,7	182,1%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita Operacional Bruta	26,3	11,2	135,7%	97,4	85,8	13,4%
Deduções à receita operacional	(3,3)	(2,5)	33,3%	(12,8)	(13,1)	-2,4%
Receita operacional líquida	23,0	8,7	164,9%	84,6	72,7	16,3%
Custos e Despesas	(3,7)	(5,7)	-33,8%	(14,7)	(14,6)	0,5%
Depreciação	(6,2)	(6,2)	-0,4%	(24,8)	(24,7)	0,5%
*Resultado do Serviço	13,0	(3,2)	-505,0%	45,0	33,4	34,8%
Resultado Financeiro	(4,0)	(4,3)	-6,4%	(16,0)	(18,1)	-11,5%
Outras Receitas e Despesas	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Lucro antes do IR & CSLL	9,0	(7,5)	-219,8%	29,0	15,3	89,5%
IR & CSLL*	(0,4)	(0,5)	-10,1%	(1,5)	0,5	-387,0%
Lucro líquido	8,6	(8,0)	-207,2%	27,6	15,8	74,0%
Participação ISA CTEEP (51%)	4,4	(4,1)	-207,2%	14,1	8,1	74,0%

(*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Anexo V - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
BNDES	TJLP + 1,80% a.a.	15/03/29	196,7	214,2
	3,50% a.a.	15/01/24	51,8	61,9
	TJLP	15/03/29	0,0	0,0
	TJLP + 2,62% a.a.	15/03/32	151,0	155,6
	4,0% a.a.	15/08/18	0,0	0,1
	6,0% a.a.	18/11/19	2,1	4,4
Debêntures - CTEEP				
3ª Emissão - Série única	116% do CDI a.a.	26/12/18	0,0	169,4
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%	15/07/21	162,3	155,2
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,04%	15/02/24	325,0	309,1
6ª Emissão - Série única	105,65% do CDI a.a.	13/12/20	350,3	350,1
7ª Emissão - Série única	IPCA + 4,70%	15/04/25	627,5	0,0
Outros - CTEEP				
Lei 4.131 - MUFG	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,28% a.a. + IR	17/07/18	0,0	166,0
Lei 4.131 - MUFG	VC + 3,34% a.a. + IR	20/07/20	293,9	0,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,47% a.a. + IR	24/08/20	292,0	0,0
Lei 4.131 - Citibank	VC + <i>Libor 3M</i> + 0,25% a.a. + IR	08/11/19	233,1	0,0
Eletronbras	8,0% a.a.	15/11/21	0,1	0,1
Arrendamento Mercantil	8,86% a.m.	31/12/20	0,5	0,1
Total Dívida Bruta CTEEP			2.686,5	1.586,4
Fontes	Encargos	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
PINHEIROS	TJLP + 2,06% a.a.	15/02/28	5,0	5,5
	3,5% a.a.	15/04/23	7,8	9,7
	TJLP + 2,62% a.a.	15/05/26	27,0	30,6
	5,5% a.a.	15/01/21	20,9	31,0
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,95% a.a.	15/05/26	28,5	32,1
	TJLP + 1,55% a.a.	15/05/26	24,7	27,8
IEMG	TJLP + 2,39% a.a.	15/04/23	22,8	27,9
	5,5% a.a.	15/01/21	2,3	0,0
IE SUL	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/25	4,9	0,0
	3,0% a.a.	15/04/23	5,2	0,0
	TJLP + 2,58% a.a.	15/02/28	7,6	0,0
IENNE	10,0% a.a.	19/05/30	171,7	182,7
	CDI + 0,56% a.m.	16/01/18	0,0	9,3
Total Dívida Bruta Subsidiária			328,5	356,6
Total Dívida Bruta Consolidado			3.015,0	1.943,0



BNDES (apuração anual)		Debêntures de Infraestrutura (4ª e 5ª emissão) Crédito Internacional - Lei 4131 (apuração trimestral)		Debêntures Simples (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/12/2018	3.481	Dívida Líquida 31/12/2018	2.317	Dívida Líquida 31/12/2018	2.317
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.478	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.244	EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.302
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,40	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,03	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,01
Patrimônio Líquido 31/12/2018	11.182	Resultado Financeiro 31/12/2018	142	Resultado Financeiro 31/12/2018	118
Dívida Líquida/Divida Líquida + PL 31/12/2018	0,24	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2018	15,78	EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2018	19,51

Os principais indicadores financeiros (**covenants**) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2029) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir com periodicidade de apuração trimestral, os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, passa a ser esse o indicador $> 2,00$.

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral, que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, o indicador passa a ser $> 2,00$.

A **6ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura, com periodicidade de apuração trimestral que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro $> 2,0$.

Os contratos de **Credit Agreement (4131)** apresentam para o período da operação os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração trimestral: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $< 3,5$ e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquida $> 2,0$.

Anexo VI - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$ mil)

Empresa	Fontes	Encargos	Término da Garantia	Saldo garantido pela ISA CTEEP	Saldo total devedor 31/12/2018
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	254,9	499,9
	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	576,7	1.130,8
	BNDES	TJLP	15/02/2030	1,2	2,3
	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	58,9	115,5
	BASA	8,5% a.a.	10/10/2032	152,9	299,8
Dívida Bruta				1.044,7	2.048,3
Disponibilidades				92,9	182,2
Dívida Líquida				951,8	1.866,2
IE GARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	92,4	181,1
	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	35,4	69,5
	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,7	1,3
Dívida Bruta				128,5	251,9
Disponibilidades				19,1	37,5
Dívida Líquida				109,4	214,4
TOTAL Dívida Bruta				1.173,1	2.300,3
TOTAL Dívida Líquida				1.061,1	2.080,6

Anexo VII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	16.740	6.585
Aplicações Financeiras	680.909	610.066
Ativo de concessão - Contratual	389.082	0
Ativo de concessão - Financeiro	1.697.216	1.924.928
Estoques	39.173	37.639
Tributos e contribuições a compensar	29.521	14.162
Instrumentos financeiros derivativos	0	2.611
Créditos com partes relacionadas	323	903
Despesas pagas antecipadamente	8.384	4.607
Caixa restrito	1.787	1.141
Outros	36.509	41.067
	2.899.644	2.643.709
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	42.268	35.674
Ativo de concessão - Contratual	4.485.207	0
Ativo de concessão - Financeiro	7.562.351	11.213.952
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.426.083	1.312.791
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	9.037	0
Cauções e depósitos vinculados	66.987	66.414
Estoques	13.551	37.034
Benefício à empregado - Superávit atuarial	105.444	0
Instrumentos financeiros derivativos	2.643	0
Outros	25.236	1.513
	13.738.807	12.667.378
Investimentos	1.848.092	1.880.845
Imobilizado	25.539	22.879
Intangível	30.142	37.362
	1.903.773	1.941.086
	15.642.579	14.608.464
Total do Ativo	18.542.223	17.252.173



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	334.067	268.588
Debêntures	23.707	182.852
Instrumentos financeiros derivativos	0	0
Fornecedores	88.358	69.923
Tributos e Encargos sociais a recolher	54.382	90.502
Impostos parcelados	0	57.997
Encargos Regulatórios a recolher	40.262	16.550
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a pagar	7.835	3.112
Provisões	37.047	36.344
Valores a Pagar - Funesp	4.250	2.056
Obrigações especiais - Reversão/Amortização	2.480	0
Outros	34.310	61.180
	626.698	789.104
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.215.689	690.541
Debêntures	1.441.504	801.007
Instrumentos financeiros derivativos	0	0
PIS e COFINS Diferidos	1.176.566	1.147.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.603.438	2.418.125
Encargos Regulatórios a recolher	35.925	54.250
Provisões	90.708	121.553
Reserva Global de Reversão - RGR	19.093	24.053
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	0	0
Outros	33.078	6.503
	6.616.001	5.263.413
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	7.404.769	7.309.338
Outros Resultados Abrangentes	73.192	0
Dividendos adicionais propostos	0	84.693
	11.068.646	10.984.717
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	230.878	214.939
	11.299.524	11.199.656
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.542.223	17.252.173

Anexo VIII – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	4T18	4T17	Var (%)	2018	2017	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1,171,192	616,551	90.0%	3,636,827	3,050,501	19.2%
Receita de Infraestrutura	113,024	69,376	62.9%	387,115	247,126	56.6%
Receita bruta de Operação e Manutenção	287,708	243,841	18.0%	1,042,534	880,901	18.3%
Remuneração dos ativos de concessão	763,619	296,616	157.4%	2,180,273	1,896,406	15.0%
Outras Receitas	6,841	6,718	1.8%	26,905	26,068	3.2%
Deduções à Receita Operacional	(144,165)	(85,975)	67.7%	(452,173)	(349,308)	29.4%
Receita Operacional Líquida	1,027,027	530,576	93.6%	3,184,654	2,701,193	17.9%
Custos e Despesas Operacionais	(275,125)	(215,617)	27.6%	(891,883)	(723,672)	23.2%
Pessoal	(87,689)	(82,771)	5.9%	(335,527)	(315,320)	6.4%
Material	(69,667)	(56,553)	23.2%	(250,528)	(186,476)	34.3%
Serviços	(90,811)	(59,527)	52.6%	(241,953)	(173,819)	39.2%
Depreciação	(2,486)	(2,351)	5.7%	(9,214)	(9,626)	(4.3%)
Outros	(24,472)	(14,415)	69.8%	(54,661)	(38,431)	42.2%
Resultado do Serviço	751,902	314,959	138.7%	2,292,771	1,977,521	15.9%
Resultado Financeiro	(31,898)	(32,365)	(1.4%)	(142,214)	(66,216)	114.8%
Rendimento de Aplicações Financeiras	25,950	11,290	129.8%	74,512	43,907	69.7%
Resultado da Variação Monetária Líquida	(10,500)	(9,438)	11.3%	(46,936)	(31,989)	46.7%
Juros Ativo/Passivos	(554)	(438)	26.5%	(2,313)	(10,483)	(77.9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(39,491)	(30,637)	28.9%	(146,429)	(111,504)	31.3%
Outras	(7,303)	(3,142)	132.4%	(21,048)	43,853	(148.0%)
Resultado Operacional	720,004	282,594	154.8%	2,150,557	1,911,305	12.5%
Equivalência Patrimonial	29,530	1,812	1529.7%	200,823	124,806	60.9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(14,980)	(51,792)	(71.1%)	(34,736)	(55,006)	(36.9%)
Resultado Anterior aos Tributos	734,554	232,614	215.8%	2,316,644	1,981,105	16.9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(23,002)	(73,317)	(68.6%)	(421,399)	(595,645)	(29.3%)
Corrente	89,697	(155,908)	(157.5%)	(407,423)	(354,491)	14.9%
Diferido	(112,699)	82,591	(236.5%)	(13,976)	(241,154)	(94.2%)
EBITDA ICVM nº 527/12	769,570	267,962	187.2%	2,470,599	2,058,842	20.0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	711,552	159,297	346.7%	1,895,245	1,385,460	36.8%
Participação do Acionista não Controlador	(3,413)	(3,895)	(12.4%)	(13,577)	(19,948)	(31.9%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	708,139	155,402	355.7%	1,881,668	1,365,512	37.8%

Anexo IX – Fluxo de Caixa - IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.873.707	1.712.457
Lucro Líquido do exercício	1.895.245	1.385.460
PIS e COFINS diferidos	(29.041)	87.778
Depreciação e amortização	9.214	9.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.976	241.154
Demandas judiciais	(27.070)	(27.982)
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	599	510
Benefício fiscal – ágio incorporado	37	37
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	2.490	2.490
Realização da perda em controlada em conjunto	(2.093)	(2.195)
Resultado de aquisição de controle	24.756	(5.042)
Resultado de equivalência patrimonial	(200.822)	(124.806)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	186.416	145.426
(Aumento) diminuição de ativos	(468.100)	(1.314.506)
Caixa restrito	(5.494)	(7.631)
Contas a receber – Investimento em infraestrutura	(387.115)	(247.126)
Contas a receber – recebimento RBSE	1.786.291	661.267
Contas a receber – Ativo Financeiro	(1.697.608)	(1.513.212)
Contas a receber – Operação e Manutenção	(43.488)	(53.851)
Estoques	21.949	(4.438)
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	(113.292)	(162.433)
Tributos e contribuições a compensar	(14.546)	(3.316)
Despesas pagas antecipadamente	(3.765)	5.696
Cauções e depósitos vinculados	4.478	6.761
Crédito com controladas	580	1.945
Outros	(16.090)	1.832
Aumento (diminuição) de passivos	(91.230)	6.474
Fornecedores	15.212	24.598
Tributos e encargos sociais a recolher	(36.585)	59.683
Obrigações estimadas	656	2.668
Impostos parcelados	(58.146)	(86.777)
Encargos regulatórios a recolher	2.355	20.423
Provisões	(13.142)	(21.839)
Valores a pagar Funcesp	2.194	(3.439)
Reserva Global de Reversão	(2.480)	0
Outros	(1.294)	11.157
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.314.377	404.425
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(102.713)	(361.950)
Aplicações financeiras	(54.966)	(237.724)
Imobilizado	(6.988)	(1.553)
Intangível	(797)	(4.039)
Investimentos	(51.381)	(119.113)
Caixa adquirido em combinação de negócios	3.667	479
Dividendos recebidos	7.752	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(1.201.509)	(40.414)
Adições de empréstimos	1.431.606	962.500
Pagamentos de empréstimos (principal)	(453.451)	(250.123)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(119.888)	(96.725)
Transações com acionistas não controladores	(13.577)	(19.948)
Instrumentos financeiros derivativos	18.059	0
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(2.064.258)	(636.118)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	10.155	2.061
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.585	4.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.740	6.585
Variação em caixa e equivalentes de caixa	10.155	2.061

Anexo X – Reajuste Anual da RAP

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.408 estabelecendo as novas RAPs da ISA CTEEP e suas subsidiárias pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica (“RB”) e das Demais Instalações de Transmissão (“DIT”), para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (Ciclo 2018/2019).

De acordo com a REH nº 2.408, a RAP, considerando os valores correspondentes à parcela de ajuste (“PA”) da ISA CTEEP, do contrato nº 059/2001, líquida de PIS e COFINS, passou a ser R\$ 2.421,1 milhões no Ciclo 2018/2019, comparado a R\$ 2.428,0 milhões no Ciclo anterior. A composição da RAP para esse ciclo pode ser explicada pela:

- i. correção monetária³ do Ciclo 2018/2019 (IPCA), no total de R\$ 70,0 milhões, que inclui a correção de R\$ 44,2 milhões referente à parcela de recebimento da RBSE;
- ii. entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias durante o Ciclo 2017/2018, adicionando R\$ 60,5 milhões à RAP, sendo, aproximadamente, 73% de projetos energizados na RB e 27% nas DITs;
- iii. redução de R\$ 135,4 milhões referente ao pagamento da RBSE. Esta redução decorre, principalmente, através da nova definição de linearizar os valores a receber do componente econômico para os próximos 5 anos, no montante de R\$ 150 milhões, compensado parcialmente pelo ajuste dos itens considerados pela ANEEL como totalmente depreciados e que foram ajustados para esse ciclo e tiveram sua remuneração correspondente (WACC) recebida (+ R\$ 15 milhões);
- iv. parcela de ajuste negativa de R\$ 31,5 milhões explicada principalmente: (a) pela devolução de antecipação da RAP (- R\$ 95,0 milhões); compensada parcialmente, (b) pelo recebimento retroativo de reforços e melhorias, (c) pelo ressarcimento do custo de implementação do manual de controle patrimonial e (d) pelo ajuste do valor do laudo da RBSE. Os valores destacados nos itens (c) e (d) tem apenas efeito caixa por se tratar de um ressarcimento, de modo que o impacto da PA negativa no resultado período totalizou R\$ 74 milhões.

A RAP total das Controladas IEMG, IE Pinheiros, Serra do Japi, Evrecy e IENNE, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 184,8 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 183,2 milhões no Ciclo 2018/2019. A redução de R\$ 1,6 milhão decorre, principalmente, da revisão tarifária periódica (“RTP”) na IENNE e na Evrecy.

A RTP da Evrecy considerou a revisão da base de ativos, com a baixa dos itens totalmente depreciados, o que gerou impacto no Ciclo de -17% (- R\$ 2,4 milhões). Além disso, a parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 4,6 milhões pelo recálculo da RAP para um reforço realizado e os efeitos retroativos da RTP, que deveria ter acontecido em 2017, e só foi considerado no Ciclo 2018/2019. Desta forma, a RAP passou de R\$ 14,1 milhões para R\$ 7,1 milhões no Ciclo 2018/2019.

Na IENNE, subsidiária licitada, a RTP atualizou o custo de capital de terceiros e a WACC passou de 6,83% para 6,41%, com impacto negativo na receita de R\$ 1 milhão. A parcela de ajuste teve impacto negativo de R\$ 1,6 milhão. Desta forma, a RAP passou de R\$ 45,5 milhões para R\$ 44,2 milhões no Ciclo 2018/2019.

A RAP e os valores correspondentes à PA das Coligadas IE Madeira, IE Garanhuns e IE Sul, líquida de PIS e COFINS, que era de R\$ 615,3 milhões no Ciclo 2017/2018 passou para R\$ 601,7 milhões no Ciclo 2018/2019, queda de R\$ 13,6 milhões.

Essa redução é explicada, principalmente, pela PA negativa de R\$ 66,5 milhões em função da devolução da RAP do contrato nº 015/2009 da IE Madeira, dos quais R\$ 59,6 milhões se referem ao cancelamento do Termo de Liberação Provisório (“TLP”) no período de 13/03/2015 a 20/06/2015. Este montante é compensado parcialmente pela PA positiva de R\$ 3,3 milhões, do contrato nº 013/2009 da IE Madeira, decorrente da devolução referente a 17 dias descontados indevidamente no Ciclo de 2016/2017, no montante de R\$ 14,3 milhões.

¹O IPCA e IGPM acumulados para o período de junho de 2017 a maio de 2018 foram de 2,86% e 4,26%, respectivamente.

